

UNIDADE DIDÁTICA XVIII – BRASIL: OS GOVERNOS MILITARES (1964–1985)

1. A CRISE DO TRABALHISMO, A RADICALIZAÇÃO DA ESQUERDA E O MOVIMENTO CÍVICO-MILITAR DE 1964

A inquietação reinante no cenário político brasileiro no início dos anos 60 pode ser explicada pela multiplicidade de causas que levaram à eclosão do Movimento de 1964.

A crise econômica em que se encontrava o Brasil minava a capacidade do governo. A pasta da Fazenda foi ocupada por diversos ministros, quase todos demonstrando a Goulart que, para deter a crise, seria necessário lançar medidas drásticas, dentre as quais a estabilização, que sempre foi rejeitada pelos presidentes anteriores. Não havia crédito estrangeiro em quantidade pois, ao verem a economia brasileira, os investidores externos perceberam que a situação estava ficando descontrolada.

Entre o remédio amargo previsto pelos economistas e outra solução, Goulart buscou na radicalização nacionalista a suposta panaceia para salvar a economia. Sua manifestação nacionalista era diferente de Juscelino, pois pendia para uma posição radical de esquerda. Os partidos e movimentos de esquerda aproveitaram o momento para se fortalecerem, ocupando diversas posições no governo e lançando situações de conflito interno, que acabaram por levar o País a uma crise política sem precedentes.

O capítulo final da crise política de 1964 foi encabeçado por dois episódios ocorridos no Rio de Janeiro: o comício de 13 de março, na Central do Brasil, onde Goulart garantiu que a crise econômica só seria resolvida com a aprovação de suas reformas político-sociais, e a revolta dos marinheiros, em 20 de março. Tal revolta gerou sérios problemas nas Forças Armadas, pois praças passaram a quebrar a hierarquia e a disciplina, base da estrutura militar. Com isso, as Forças Armadas logo reagiram, começando a compor um movimento civil-militar que teve por objetivo depor Goulart e afastar o País da radicalização de esquerda.

A reação da sociedade se deu rapidamente, com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, respondendo às ações de Goulart e se opondo às tentativas de

comunização no País. Em 30 de março, Goulart compareceu a uma reunião de sargentos das Forças Armadas no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, onde o radicalismo protagonizou os debates.

Na manhã de 31 de março, o Governador Magalhães Pinto levantou o Estado de Minas Gerais, juntamente com os comandantes da tropa federal e da Polícia Militar.

Na noite de 30 para 31 de março, foram desencadeadas três operações simultâneas: "Silêncio" - controle do serviço de telecomunicações; "Gaiola" - prisão dos líderes extremistas no Estado; e "Popeye" - deslocamento da tropa nos eixos rodoviários Juiz de Fora - Guanabara e Belo Horizonte - Brasília. Decretada a mobilização geral, o General José Lopes Bragança, da reserva, começou o alistamento de voluntários civis, que ultrapassou a casa de 10 mil homens. Às 17 horas de 31 de março, Magalhães Pinto leu o seu Manifesto à Nação, divulgando a eclosão do movimento. Por volta da meia-noite aderiu ao movimento o General de Exército Amaury Kruel, comandante do II Exército (São Paulo e Mato Grosso). As tropas mineiras atravessaram o rio Paraibuna e logo se defrontaram com o Grupamento Tático, do General de Brigada Luís Tavares da Cunha Mello, enviado pelo Comando do I Exército para barrar-lhes o deslocamento.

Ao cair da tarde, patrulhas do Destacamento Tiradentes entraram em contato com elementos do I Exército. Com a adesão dessas, a resistência governista desmoronava-se rapidamente, ficando livre a estrada de Petrópolis para o Rio de Janeiro.

Em São Paulo, verificou-se ação rápida na região do ABC, visando controlar os meios de comunicação. A tropa pôs-se em marcha em direção ao Rio de Janeiro pela rodovia Presidente Dutra. Ao chegarem a Resende, as tropas do II Exército encontraram em posição a Academia Militar das Agulhas Negras, comandada pelo General de Brigada Emílio Garrastazu Médici. Os cadetes achavam-se desdobrados no terreno, em duas frentes, para impedir o avanço de tropas vindas do Rio de Janeiro ou de São Paulo. Sabedor da adesão do II Exército ao movimento, marchou contra São Paulo o Grupamento de Unidades-Escola, aquartelado na Vila Militar.

Diante das defecções ocorridas nas forças do I Exército e da notícia da fuga de Jango para Brasília, houve um encontro do Ministro da Guerra, interino, General de

Exército Armando de Moraes Âncora com o Comandante do II Exército General Amaury Kruel, na Academia Militar das Agulhas Negras. Reconhecido nesse encontro que o Grupamento de Unidades-Escola se desfizera com as adesões à revolução, é dada a ordem à tropa do I Exército de se recolher aos quartéis.

Ao mesmo tempo, no comando do IV Exército (Recife), a fulminante ação deixou surpreso o governo de Pernambuco. O Comandante da Polícia Militar foi preso e o Vice-Almirante Roque Dias Fernandes, do 3º Distrito Naval, apoiado por oficiais do Exército, exigiu a renúncia do Governador Miguel Arraes que, resistindo, terminou preso no próprio Palácio das Princesas. Em Alagoas e na Paraíba, não houve qualquer reação. Em Maceió, o Governador Luís Cavalcante achava-se perfeitamente entrosado com o movimento. Da Paraíba e de Alagoas partiram tropas que ocuparam as regiões pernambucanas de Palmares e Catende, seguindo-se Caruaru e Vitória de Santo Antão. Assim, invalidou-se a reação das Ligas Camponesas, em posse da qual se encontrou farto armamento e muita documentação subversiva. Em Aracaju, Fortaleza e Salvador, verificaram-se ações rápidas, firmando a posição dos que agiam contra o governo.

No Rio Grande do Norte, ocorreram ligeiros incidentes. De início, o Governador apoiou Jango, mas em seguida divulgou nota manifestando adesão à Revolução. Apenas a Base Aérea de Natal, no começo, não participou das ações revolucionárias, dado seu comandante mostrar-se contrário ao movimento. Mas a situação em Natal foi imediatamente posta sob controle, com a substituição do comando da Base Aérea.

Na região Norte, a adesão ao movimento foi imediata e sem maiores problemas.

No Rio de Janeiro, o Governador Carlos Lacerda preparou-se para resistir a qualquer ataque de forças governistas ao Palácio da Guanabara, sendo reforçado por blindados do Exército, militares da reserva e civis. Tendo procurado ocupar o prédio da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, onde se reunia o CGT, a Polícia Militar do Estado da Guanabara teve de se retirar ao se defrontar com frações de tropa da Aeronáutica e de fuzileiros navais. Por isso, as estações de trens urbanos da Leopoldina e da Central do Brasil entraram em greve.

Uma "Cadeia da Legalidade", formada pelas rádios Nacional e Mayrink Veiga, em vão incitava uma rebelião popular contra o levante dos "gorilas". Na manhã do dia

1º de abril, o Forte de Copacabana declarou-se revoltado. Vinte e oito oficiais da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército penetraram, por infiltração, naquela praça de guerra a fim de reforçar sua reduzida guarnição. O comandante da Artilharia de Costa da 1ª Região Militar tentou convencer a oficialidade do Forte de Copacabana a permanecer ao lado do Governo, sem êxito. O confronto entre aquela unidade e as tropas do I Exército parecia iminente.

Subitamente, uma vintena de oficiais embarcados em quatro automóveis particulares, liderados pelo Coronel César Montagna de Souza, arriscando suas vidas, conseguiram imobilizar a guarnição do quartel-general da Artilharia de Costa, adjacente ao Forte de Copacabana. A tropa do Forte de Copacabana, não mais contida no interior do seu aquartelamento, estabeleceu posições avançadas até a confluência da Rua Rainha Elizabeth com Avenida Atlântica e na Rua Francisco Otaviano.

Muitos ainda no Palácio Laranjeiras acreditavam na possibilidade de barrar o deslocamento das tropas de Minas Gerais e São Paulo, em direção ao Rio de Janeiro.

Quando se soube que João Goulart embarcara para Brasília em um avião que o aguardava no fim da pista do Aeroporto Santos Dumont, todos os que o acompanhavam naqueles momentos cruciais entraram em pânico e abandonaram o Palácio precipitadamente, de sorte que, instantaneamente, o local onde pouco antes se agitavam ministros e parlamentares ficou vazio e silencioso.

Com a saída de João Goulart, a situação começou a se normalizar no Rio de Janeiro. Ainda houve agitações no centro onde grupos de desordeiros desejaram invadir os prédios do Clube Militar e do Estado-Maior das Forças Armadas, que funcionava no demolido Palácio Monroe. As sedes da União Nacional dos Estudantes e do jornal Última Hora foram incendiadas, enquanto alguns distúrbios tinham lugar nas Faculdades de Direito (Praça da República) e Nacional de Filosofia (Castelo). Em pouco tempo, a cidade ficou sob controle.

Em Brasília, João Goulart imaginou contar com forças que lhe permitissem reagir. Com o apoio do Comandante da 11ª Região Militar e do Comando Militar do Planalto, tentou-se iniciar uma resistência, contando também com a ajuda do núcleo local do CGT, que abriu inscrições de voluntários.

No restante do Centro-Oeste, a situação foi controlada facilmente. O Coronel Carlos de Meira Mattos, comandante do 16º Batalhão de Caçadores, de Cuiabá, tão logo tomou conhecimento da eclosão do movimento em Minas Gerais, ainda no dia 31 de março, deslocou sua tropa por rodovia e via aérea, em caminhões e aeronaves comerciais requisitadas, com destino a Goiânia e Brasília. Após conseguir a adesão do 10º Batalhão de Caçadores, de Goiânia, e da Polícia Militar de Goiás, rumou para Brasília, ocupando a capital da República e assumindo o comando geral de toda a tropa lá aquartelada.

Às 22 horas de 1º de abril, João Goulart deixava a capital rumo a Porto Alegre. Às 3:35 horas do dia 2, o Congresso, sob a presidência de Auro de Moura Andrade, votava o impedimento de João Goulart. Era declarada vaga a Presidência da República, sendo investido no cargo o Deputado Pascoal Ranieri Mazzili, Presidente da Câmara dos Deputados. Imediatamente, o General de Brigada André Fernandes, Chefe de Gabinete do Ministro da Guerra em Brasília, assumiu a Casa Militar e dominou a situação em Brasília.

O Governador Magalhães Pinto, ao preparar a Revolução em Minas Gerais, previu a necessidade de atuar no cenário internacional e, para isso, designou Secretário de Governo Estadual o Senador Afonso Arinos. Teria ele como primeira missão buscar o reconhecimento do governo instalado em Minas Gerais e obter apoio, inclusive em armamento, para a Revolução. Não esperava Magalhães, nem algum revolucionário, a vitória fulminante que ocorreu.

O comando do III Exército encontrava-se em uma posição nitidamente janguista. A 3ª Divisão de Infantaria, de Santa Maria, e a 2ª Divisão de Cavalaria, de Uruguaiana, juntamente com a 3ª Divisão de Cavalaria, de Bagé, comprometidas com o movimento que ganhava corpo em todo o país, puseram-se em marcha sobre Porto Alegre.

No Paraná e Santa Catarina, importante área tampão entre o Rio Grande do Sul e São Paulo, a ausência dos comandantes da 5ª Região Militar e da Infantaria Divisionária facilitou a adesão unânime da tropa regional, reforçada por um grupamento tático paulista e a Polícia Militar paranaense. Nem mesmo em Porto Alegre havia unanimidade; o próprio governador Leonel Brizola, que também se encontrava na capital gaúcha, verificou que não possuía tantos adeptos quantos esperava.

Percebendo a impossibilidade de reação, voou para sua estância Rancho Grande, em São Borja, e, deste local, para o Uruguai. Com a divulgação da notícia de que Jango abandonara o território nacional, no dia 3 de abril, o General Poppe (3ª Divisão de Infantaria, de Santa Maria) assumiu o controle e reintegrou em suas funções o Governador do Rio Grande do Sul, Ildo Meneguetti.

Em nome da Revolução vitoriosa, constituiu-se o Comando Supremo Revolucionário, integrado por três chefes militares representantes das Forças Armadas, que, posteriormente, foram nomeados ministros das respectivas Forças pelo Presidente Ranieri Mazzili.

2. AS RELAÇÕES ENTRE OS GOVERNOS MILITARES E OS PARTIDOS POLÍTICOS

O sistema político brasileiro era multipartidário e, pela falta de programas e de comprometimento dos partidos, era a fonte das diversas crises políticas que haviam abalado a República. Esse sistema, herdado pelo governo de Castello Branco do período anterior, inicialmente foi mantido com a intenção de ser preservada, ao máximo, a ordem institucional vigente.

O governo contou com apoio da União Democrática Nacional (UDN) e de parte do Partido Social Democrata (PSD), na busca de uma base política que viabilizasse seus projetos e diretrizes desenvolvimentistas.

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de esquerda e populista, estava plenamente descontente com a deposição de Goulart, pois fora apartado do governo. Lançou diversos protestos junto com a ala esquerda do PSD pela discussão da legalidade sobre o impedimento de Goulart e sobre as cassações de diversas figuras ilustres. Tais movimentos foram insuflados por deputados e políticos ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), que apesar de estar na ilegalidade, tinha grande influência no Legislativo.

Apesar de possuir a UDN e parte do PSD ao seu lado, ainda assim o governo não tinha a força necessária para fazer passar pelo Congresso as reformas e planos

que buscavam mudar o país e adaptá-lo às novas ideias que orientavam o movimento de 64.

Carlos Lacerda, importante político da UDN – que inicialmente apoiou o movimento militar, ia de encontro ao “espírito de equipe” que Castello Branco queria ver na base do governo. Sua ruptura com o movimento trouxe instabilidade ao sistema político vigente até então.

Para os militares, seria necessário romper com as práticas populistas no país, que eram as responsáveis pelo atraso desenvolvimentista e social do Brasil.

Essa instabilidade levou, em 27 de outubro de 1965, à instauração do Ato Institucional Número 2, modificando o sistema político para o bipartidarismo, com a formação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de apoio aos governos militares, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido que reuniu a oposição àqueles. Tal sistema funcionou até o final dos governos militares.

Em 5 de fevereiro de 1966, Castello Branco aprova o Ato Institucional Número 3, que modificava o sistema eleitoral para o modelo indireto nas eleições para governador e deu a estes o poder de indicar o prefeito das capitais e dos maiores centros urbanos do país. Nesse momento, alguns civis que tinham apoiado o regime começaram a se opor a presença dos militares no processo político. Dessa oposição, surgiu a Frente Ampla, movimento que buscava convergir todos os opositores do governo militar.

Em janeiro de 1967, já no governo de Costa e Silva, uma nova Constituição foi aprovada, institucionalizando o novo regime no País.

3. O PAPEL DA ESG E OS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO

A Segunda Guerra Mundial evidenciou para todas as nações a necessidade de adotar novas posturas quanto à Segurança Nacional. No Brasil, essa necessidade passou a ser encarada nos diversos campos do poder nacional. Na área militar, como não poderia deixar de ser, o assunto segurança começou a ser abordado em toda a sua profundidade.

A Escola Superior de Guerra (ESG), instituída por lei de 20 de agosto de 1949, com marcante participação de militares do Exército, deu contribuição expressiva ao estabelecimento de uma filosofia de segurança ajustada ao desenvolvimento nacional. A lei definia a Escola como um instituto de altos estudos e centro permanente de pesquisas, destinada a consolidar, desenvolver e difundir conhecimentos relativos à Segurança Nacional - objetivo essencial de suas atenções - partindo do princípio de que esta é função mais do potencial geral da Nação do que de seu potencial militar.

A ESG ajudou a criar uma mentalidade de planejamento, de programação e de orçamentação. Tornou-se instrumento de interesse das Forças Armadas e de identificação entre civis e militares. Os estudos desenvolvidos na ESG encaravam a Segurança Nacional levando em consideração, entre outros elementos, as armas psicológica e nuclear, e o caráter predominantemente ideológico dos antagonismos entre os povos, reconhecendo que esses fatores tiraram a nitidez das fronteiras entre a paz e a guerra e aprofundaram as ameaças até ao âmago das nações e à mente dos homens.

Após o Movimento de 64, a economia se encontrava em estado caótico. O governo Goulart havia deixado o País em séria crise econômica, com uma dívida de US\$ 3 bilhões e sem crédito algum no exterior. Os fornecedores estrangeiros só vendiam algo ao Brasil se recebessem o pagamento à vista, com divisas que estavam esgotadas. A inflação chegara à taxa de 100% por ano.

Castello Branco nomeou para seu ministério Roberto Campos (Planejamento e Coordenação Econômica) e Octavio Gouveia de Bulhões (Fazenda), que conduziram a equipe econômica na difícil tarefa de diagnosticar e tratar a economia brasileira. Elaboraram o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), onde delimitaram que o principal obstáculo ao desenvolvimento era a inflação alta e acelerada. Para combatê-la, planejaram a estabilização econômica, que acabou por gerar críticas mesmo dentro do governo, devido ao forte ajuste fiscal que teria de ser feito.

As metas econômicas no governo de Castello Branco foram: redução da inflação, melhoria na balança de pagamentos pelo aumento das exportações e preparação das bases para o desenvolvimento a longo prazo.

Participaram desse planejamento diversos oficiais ligados à Escola Superior de Guerra (ESG). Dentre esses oficiais, destacavam-se Golbery do Couto e Silva, Osvaldo Cordeiro de Farias e Jurandir Bizarria Mamede.

O plano deu certo, e logo o País voltou a receber créditos externos. O severo ajuste realizado pelos ministros Campos e Bulhões derrubou a inflação em um terço, criando a percepção geral no estrangeiro de que o Brasil poderia voltar a crescer, fazendo com que o País tivesse uma farta oferta de crédito internacional.

4. ENTRE CASTELLO BRANCO (1964-1967) E COSTA E SILVA (1967-1969)

Após o movimento de 1964, as forças vitoriosas dividiram-se em dois grupos. Um primeiro grupo, que a historiografia registra como “moderados”, era liderado pelo presidente Castello Branco. A segunda, conhecida como “linha dura” ou “nacionalista”, tinha na pessoa do então ministro da guerra, Costa e Silva, sua principal liderança.

A diferença básica entre os grupos era a avaliação do tempo de permanência das forças vitoriosas em 1964 à frente do governo do País. A segunda, preocupada com o retorno da instabilidade política e dos movimentos comunistas, pregava uma permanência mais longa no poder, até o amadurecimento político do Brasil, enquanto a outra, moderada, entendia que o retorno do poder aos partidos políticos deveria ser mais breve.

Essa distensão, embora não tenha levado a uma ruptura, impediu que Castello Branco conduzisse com plenitude o processo de transição para o próximo governo. O general Costa e Silva manifestou-se cedo pela sua candidatura, logrando o apoio da elite política governista.

As políticas econômicas e estabilizadoras articuladas por Castello Branco não mostrariam resultados antes de 1965 e nesse ano estavam marcadas eleições presidenciais. A bancada governista no Congresso conseguiu a extensão do mandato presidencial até março de 1967, fato que Castello – fiel aos seus princípios de legalidade – aceitou com relutância. Acabou convencido a permanecer, principalmente

pelos ministros Campos e Bulhões, cujos planos econômicos precisariam de tempo para ajustes e começar a funcionar.

Na área econômica, foi implementado o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), com o objetivo de conter a inflação, retomar o crescimento econômico e normalizar o crédito. Em 1964, destacaram-se a criação do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central. Nesse mesmo ano, foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH), com o objetivo de promover a construção e a aquisição de moradias pelas classes de menor renda. Em setembro de 1966, o governo instituiu o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que substituiu a estabilidade do trabalhador no emprego, e em novembro unificou os institutos de aposentadoria e pensões, criando o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

Nesse período, cresceu de importância o Serviço Nacional de Informações (SNI), criado em 1964 e comandado pelo general Golbery do Couto e Silva, organizador do sistema de inteligência no País, com vistas a garantir unicidade nos diversos organismos então existentes e a segurança nacional.

Adiada a questão presidencial para 1966, foram mantidas as eleições de 1965 para governador nos Estados, que seriam uma forma de testar a aceitação popular da Revolução. Os candidatos apoiados pelo governo ganharam em todos os estados, exceto Guanabara e Minas Gerais, e como tais estados sempre foram de grande importância na República, uma crise ocorreu entre Castello Branco e a linha nacionalista, que tinha em Costa e Silva seu porta-voz.

Esse processo levou Castello Branco – pressionado e para evitar que a crise política levasse o País a uma crise de ordem institucional – a fazer o que não desejava, mas que era necessário: editar o Ato Institucional Nº 2 (AI-2), com validade até o fim do seu mandato (15 de março de 1967). Ele instituía eleições indiretas para presidente, vice-presidente e governadores. Concedia ao presidente poderes para cassar os mandatos de autoridades eleitas e suspender os direitos políticos de qualquer cidadão por dez anos. Aumentava o número de ministros do Supremo Tribunal Federal de 11 para 16 e ainda abolia os partidos políticos, para criar uma nova ordem partidária no Brasil, bipartidária. Os partidos criados foram a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), governista, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), oposicionista.

Costa e Silva, mesmo não concordando com todas as medidas, em sua campanha não atacou as demandas reformistas do presidente. Assumindo em 15 de março de 1967, o ministério do novo presidente tinha um forte componente militar, ao contrário de Castello, que deixou os militares apenas nos ministérios militares.

Em janeiro de 1967, entrou em vigor a nova Constituição Federal, que seria duramente criticada nos meios políticos e praticamente derogada, em dezembro de 1968, pelo Ato Institucional nº 5. Em fevereiro de 1967, foi baixado o decreto que autorizou a entrada em circulação do cruzeiro novo, a nova unidade monetária e, em março, entraram em vigor duas importantes leis que definiram os limites do novo regime: a Lei de Imprensa, que limitava a liberdade de expressão, e a Lei de Segurança Nacional, que definiu os crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social.

As políticas econômicas seriam guiadas por Delfim Netto, jovem professor universitário que, com pragmatismo, manteve muito da obra de Roberto Campos e Octavio Bulhões. Continuou com o desenvolvimento lançando mão de pesados investimentos estrangeiros, gerando oposição entre a linha dura, que tinha uma posição mais nacionalista na economia.

Ao tentar abrir o regime para o retorno gradual à normalidade partidária, Costa e Silva criou espaço para a radicalização. Protestos, greves, manifestações, subversão e agitações levaram que setores do governo pressionassem o presidente a endurecer o regime, o que veio ocorrer depois de diversos incidentes que levaram à morte militares, policiais militares, civis e cidadãos estrangeiros.

Em 13 de dezembro de 1968, o presidente, após reunião com o Conselho de Segurança Nacional, decretou o Ato Institucional Nº 5 e o Ato Complementar Nº 38.

Não desejando governar com o poder concedido pelo AI-5, Costa e Silva tentou buscar um equilíbrio entre as medidas desse poder e a futura redemocratização (uma promessa do movimento de 64) e, junto com o vice-presidente Pedro Aleixo, lançou-se a tarefa de criar uma nova Constituição, que ficou pronta em 26 de agosto de 1969, concedendo poderes ao Executivo, ligeiramente menores que os concedidos pelo AI-5, restringido o Legislativo e o Judiciário, que voltou a ter 11 ministros no Supremo Tribunal Federal.

Em 30 de agosto, Costa e Silva ficou incapacitado para governar por motivo de saúde. Após uma reunião do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), decidiu-se por uma Junta composta pelos ministros militares Augusto Hamann Rademaker Grönewald, da Marinha, Aurélio de Lira Tavares, do Exército, e Márcio de Sousa e Melo, da Aeronáutica, que tomaram posse em 31 de agosto de 1969.

5. O AI-2 E O BIPARTIDARISMO: ARENA E MDB

O Ato Institucional – 2 (AI-2), com validade até o fim do mandato de Castello Branco (15 de março de 1967), instituiu eleições indiretas para presidente, vice-presidente e governadores. As razões que levaram à sua edição foram citadas anteriormente.

Concedia ao presidente poderes para cassar os mandatos de autoridades eleitas e suspender os direitos políticos de qualquer cidadão por dez anos. Aumentava o número de ministros do Supremo Tribunal Federal de 11 para 16 e abolia todos os partidos políticos, para criar uma nova ordem partidária no Brasil, bipartidária.

A adoção da ordem bipartidária era vista como positiva por Castello Branco, pois o País foi bipartidário em grande parte de seu tempo. Esse sistema dificultava a vida da oposição, pois criava uma maioria permanente para o governo. Os partidos criados foram a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), governista, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), oposicionista.

6. A JUNTA MILITAR (1969) E O GOVERNO MÉDICI (1969-1974)

6.1. A ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA E A LUTA ARMADA

Desde a década de 1950, a esquerda brasileira estava envolvida num sério debate sobre quais os próximos passos para o projeto de conquista do poder. Nesse momento, o único partido organizado de esquerda era o Partido Comunista Brasileiro

(PCB), que experimentou um breve momento de legalidade em 1945-46. O PCB seguia estritamente as ordens ditadas pela União Soviética.

Essa fidelidade e obediência cega geraram grandes dissensões em muitos militantes, principalmente os mais intelectualizados que se dividiram entre apoiar as políticas de Moscou ou seguir em diversas leituras diferentes. O surgimento da República Popular na China - fonte irradiadora do comunismo internacional concorrente com a União Soviética - gerou mais divisões no seio da esquerda, pois muitos militantes se tornaram simpáticos às leituras maoístas da doutrina marxista.

Outro fato que foi especialmente importante para a esquerda brasileira e que sacudiu suas estruturas foi a Revolução Cubana de 1959, onde um grupo de jovens guerrilheiros derrubou o governo cubano e se instalou no poder, criando um regime socialista na ilha. A teoria do foco, utilizada por Fidel Castro e Che Guevara, rapidamente ganharia muitos adeptos entre os militantes mais jovens, ansiosos por transformar o Brasil e torná-lo um país comunista.

Com as diversas opções surgindo, grupos distintos foram surgindo na esquerda, em especial no PCB, o “Partidão”, e que logo viriam a produzir novos agrupamentos políticos.

Ainda havia o caso do PTB que, sem Vargas, deslocou-se para a esquerda paulatinamente, pela atuação de João Goulart, que era simpático aos ideais socialistas, especialmente da linha chinesa. Mesmo assim, muitos militantes esquerdistas desprezaram o PTB até o momento em que Goulart tornou-se presidente em 1961, quando essa visão rapidamente foi revertida, com a mobilização de importantes cargos no governo por simpatizantes e políticos comunistas.

Nesse processo, a esquerda acabou se dividindo no início da década de 1960: o Partido Comunista Brasileiro (PCB), pró-soviético, desenvolveu uma resistência no interior do MDB e dos sindicatos, após o AI-2; o Partido Comunista do Brasil (PC do B), alinhado com o pensamento maoísta, iniciou uma campanha de guerrilhas rurais, com escasso apoio camponês; outros grupos, como a Aliança Libertadora Nacional (ALN), a Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-Palmares), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e a Ação Popular, entre outros, decidiram-se pela guerrilha urbana.

Em declaração ao jornalista Elio Gaspari, Daniel Aarão Reis, ex-militante do MR-8, afirmou:

Ao longo do processo de radicalização iniciado em 1961, o projeto das organizações de esquerda que defendiam a luta armada era revolucionário, ofensivo e ditatorial. Pretendia-se implantar uma ditadura revolucionária. Não existe um só documento dessas organizações em que elas se apresentassem como instrumento da resistência democrática.

Essas organizações agiram entre 1968 e 1974, tendo sido neutralizadas pelas forças de segurança dos governos militares.

6.2. O ENDURECIMENTO DO REGIME

A Junta Militar, composta pelo Ministro do Exército, General de Exército Aurélio de Lyra Tavares; o Ministro da Marinha, Almirante-de-Esquadra Augusto Rademaker Grünewald, e pelo Ministro da Aeronáutica, o Marechal-do-Ar Márcio de Souza e Mello, assumiu o governo em 31 de agosto de 1969, por meio do Ato Institucional Nº 12.

De imediato, tiveram de enfrentar o radicalismo político. A luta armada se lançou, realizando ataques a bomba, como o ocorrido no Aeroporto de Guararapes, em Recife (25 de julho de 1966), que vitimou fatalmente três pessoas. O sequestro do embaixador americano Charles Elbrick (4 de setembro de 1969) e o cumprimento das exigências dos sequestradores deu esperança à luta armada, que via nos sequestros uma forma de obter publicidade, recursos e libertação de guerrilheiros. Diplomatas tornaram-se o alvo predileto, pois o governo não se arriscava a realizar operações de resgate, vista a possibilidade de morte dos reféns, situação que levou os terroristas a sequestrarem aviões.

Diversas facções terroristas praticaram atos contra a ordem pública, com a justificativa que estavam reagindo ao aumento do aparato repressivo do Estado. Guerrilheiros como Carlos Marighela, que editou o “Manual do Guerrilheiro Urbano”, utilizado por organizações terroristas em todo o mundo, e o ex-capitão e desertor do Exército Carlos Lamarca (que em 24 de janeiro de 1969 executou o roubo de 63 fuzis FAL, três metralhadoras INA e pistolas calibre 45, além de muita munição) foram nomes que se destacaram no período.

Coincidindo com a posse do presidente Emílio Garrastazu Médici, em 30 de outubro de 1969, entrou em vigor a Emenda Constitucional nº 1, que reformulou a Constituição de 1967. Nesse período, formou-se em São Paulo a Operação Bandeirante (OBAN), com a finalidade de coordenar a ação contra grupos terroristas nesse estado.

O governo, para combater os terroristas, ainda contava com a participação de diversos órgãos federais e estaduais, como o Serviço Nacional de Informações (SNI), o Departamento de Polícia Federal, o Departamento de Ordem Pública e Social (DOPS) e os Departamentos Estaduais de Ordem Pública e Social (DEOPS) de diversos estados.

No governo Médici, graças à atuação das forças legais, vários grupos e focos de guerrilha foram debelados, como no Araguaia, no Vale do Ribeira (onde o Tenente Alberto Mendes Júnior foi covardemente executado a mando de Lamarca em 10 de maio de 1970) e nas capitais estaduais (guerrilha urbana).

Em 1975, graças à ação integrada das Forças Armadas e dos órgãos de segurança pública, e ainda à desorganização das diversas facções da esquerda no País, o movimento subversivo no campo e na cidade estava acabado.

Além da vitória sobre a subversão, o bom desempenho da economia era outro fator que gerava grande popularidade do governo Médici.

7. O MILAGRE ECONÔMICO

Se por um lado o governo vencia a luta armada, por outro apresentava espetacular desempenho na economia brasileira. O período acabou por ser chamado de “Milagre Econômico”, pois o país cresceu a taxas de 10% por quase todo o mandato do presidente Médici.

As razões para compreender como foi possível obter tal progresso econômico remontam à política econômica e sua reorganização desenvolvida desde o governo Castello Branco. Os estímulos à indústria, especialmente à automobilística, deram resultado: a indústria era o setor que mais crescia, puxando os demais setores.

Enquanto no governo de Castello Branco a política econômica estava nas mãos de Roberto Campos e Octávio Bulhões, nos governos de Costa e Silva e de Médici ela foi liderada por expoentes economistas, como Delfim Netto, Hélio Beltrão e Reis Velloso,

A estratégia de Delfim para promover o crescimento vinha do controle do sistema financeiro, dos incentivos tributários e da redução do custo da mão-de-obra.

A dinamização e organização da máquina tributária do governo aumentou sua capacidade de arrecadação, além do resultado positivo na balança de pagamentos, com superávit nas contas. A expansão do setor industrial foi viabilizada por meio da expansão do crédito e a manutenção dos índices salariais dos trabalhadores.

Com essas conquistas, o governo se lançou a construção do projeto “Brasil Potência”. Tratava-se de criar as condições para que o Brasil alcançasse desenvolvimento e se tornasse uma potência, mesmo que regional.

Grandes obras começaram a ser realizadas, previstas pelo I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND): a construção da Ponte Rio - Niterói, da rodovia Transamazônica e de 15 usinas hidrelétricas, a recuperação e construção de rodovias, a inauguração da refinaria de petróleo de Paulínia-SP, a maior do país, as assinaturas dos acordos com a Bolívia para a construção de um gasoduto entre Santa Cruz de la Sierra e Paulínia e com o Paraguai para a construção da usina hidrelétrica de Itaipu, entre outras. Essas obras distribuíram investimentos federais em todo o país.

A concessão de crédito rural estimulou a produção agrícola, gerando um crescimento vertiginoso nessa atividade, colocando o Brasil no hall dos principais produtores de gêneros agrícolas diversos, como concentrado de laranja, soja, dentre outros. Esse aumento de produção foi acompanhado de uma expansão agrícola por meio de abertura de novos campos para a produção, especialmente no cerrado.

8. CLASSES MÉDIAS E CONSUMO

Uma das principais consequências do crescimento acelerado criado pelo “Milagre Econômico” do Brasil foi a expansão do mercado interno, com aumento na qualidade de vida dos brasileiros e no índice de desenvolvimento humano.

Esse aumento pode ser medido pela facilidade de acesso a eletrodomésticos pela população em geral. O consumo aumentou, gerando crescimento na produção, no comércio e, conseqüentemente, na economia. A aquisição de televisores, por exemplo, explodiu nesse período, graças a um crescimento no poder aquisitivo da classe média. Tal novidade tornou-se o símbolo do período para a classe média, que também passou a adquirir mais carros, fruto do aumento da produção e da oferta.

Devido aos estímulos governamentais à indústria automobilística, vindos desde o governo Castello Branco, e ao consumo, viabilizado pela expansão do crédito e da manutenção dos índices salariais, a demanda de investimentos nessa área subiu consideravelmente e, após 1964, o perfil da produção de carros foi alterada no país, passando dos carros econômicos preconizados pelo governo Kubitschek para os carros médios.

Entretanto, nem todas as medidas foram eficazes a médio prazo. A opção pelo transporte rodoviário em detrimento do ferroviário, a ênfase em carros de passeio, entre outros, viriam a aumentar o custo de manutenção das rodovias, relegar o parque ferroviário a um segundo plano e, ainda, aumentar a demanda por petróleo, em um período que o Brasil importava 80% das suas necessidades.

9. O GOVERNO GEISEL (1974-1979)

A transição do presidente Médici para o presidente Geisel foi tranquila. Geisel tinha experiência ao chegar à presidência, em 15 de março de 1974. Sua carreira havia conciliado a vida militar e postos importantes como membro do Conselho Nacional do Petróleo, do Superior Tribunal Militar e da Presidência da Petrobras.

O presidente Geisel assumiu dizendo que daria início ao processo de abertura política “lento, gradual e seguro”, com base no binômio Segurança e Desenvolvimento, formulado pela ESG. De fato, o presidente era do grupo ligado a ESG, e tinha estado no governo Castello Branco. Diferente de Médici, que delegava grande poder aos seus ministros, Geisel deixou claro, desde o início que seria o responsável final por todas as decisões.

A composição revelava um ministério com figuras de importância política relativa, exceto pelo Chefe do Gabinete Civil da Presidência, o General Golbery do Couto e Silva, que passou a estabelecer negociações com a oposição ao governo, a Igreja Católica e setores da sociedade. Por essas conversas, muitos dos processos da abertura seriam acordados e conduzidos.

Geisel tinha uma forte crença em promover uma grande industrialização e o avanço tecnológico do país. Sua estratégia, preparada durante a transição do poder, teve de ser mudada devido ao primeiro “choque do petróleo”, quando os países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) aumentaram os preços do barril de petróleo em resposta à vitória israelense na Guerra do Yom Kippur.

Como a demanda do petróleo brasileiro era na ordem de 80% de seu consumo, o aumento do preço foi um cruel choque para a economia. O presidente buscou novas estratégias através do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que buscava soluções para a questão energética no Brasil com ambiciosas metas, com a finalidade de diversificar o modelo de produção e gestão no país. Também era parte do plano fortalecer as indústrias de base e retirar o capital estrangeiro dos setores de infraestrutura do país.

Entre os destaques do Plano, estão a implantação do Programa Nacional do Alcool (Próalcool) e o acordo nuclear Brasil-Alemanha, visando a implantação de usinas nucleares, que vieram a criar as usinas Angra I e Angra II, na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, em Angra dos Reis (RJ). Além disso, a utilização de contratos de risco entre a Petrobras e empresas estrangeiras no país para a prospecção de petróleo gerou descobertas de reservas no litoral do país, considerados já o limite de duzentas milhas marítimas como parte do mar territorial brasileiro.

No seu governo, o Brasil denunciou o Acordo Brasil – Estados Unidos, acabando o alinhamento automático com esse país e criando uma política externa independente que ampliou as relações diplomáticas do país na Ásia, África e Europa.

Os desafios não se encontravam apenas no plano econômico. Geisel e Golbery estavam determinados a levar adiante o plano de abertura política, apesar da resistência de grupos que não consideravam o País pronto para esse processo. O presidente tinha a preocupação de manter o controle das Forças Armadas e em

especial do Exército, pois ainda havia nessas Instituições integrantes do núcleo conhecido por “linha dura”.

Os contatos com a Igreja foram importantes para abrir caminho em meio a sociedade civil, pois Geisel desejava controlar o processo a fim de ser o condutor e não o conduzido. Medida importante para esse movimento foi o abrandamento das restrições à imprensa. A presença de Golbery no governo foi alvo de severas críticas por parte dos grupos mais conservadores do governo, pois por ele ter sido presidente da Dow Chemical no Brasil, atacavam-no por acreditarem que fosse submetido aos interesses dos grandes grupos estrangeiros.

Os conflitos foram sendo resolvidos pouco a pouco, embora o governo tivesse que adotar medidas duras a fim de manter o processo de abertura. O ápice da crise foi a demissão do Ministro do Exército, General Sylvio Frota.

Ao lado da preocupação com o agravamento da crise econômica, o governo exercia pressão sobre o Congresso com vistas à aprovação da reforma do Poder Judiciário. Mais do que com a reforma, no entanto, o Planalto estava preocupado com as eleições de 1978, principalmente para governador, as quais, segundo estipulava a Constituição em vigor, deveriam ser diretas. Uma emenda constitucional, mantendo as eleições indiretas, era a solução. Mas a Arena, o partido do governo, não tinha os 2/3 de votos necessários para emendar a Constituição. Sob o pretexto de que o MDB estava obstando o projeto, o presidente Geisel, no dia 1º de abril de 1977, decretou tanto o fechamento do Congresso, quanto, por meio do AI-5 ainda em vigor, uma série de reformas constitucionais.

Durante os 14 dias em que o Congresso esteve fechado, foi baixado um conjunto de medidas voltadas principalmente para garantir a preservação da maioria governista no Legislativo, especialmente no Senado. Geisel não podia se esquecer da estrondosa vitória nas eleições de 1974 do partido oposicionista, que elegeu 16 das 22 cadeiras senatoriais então em disputa. Por isso mesmo, uma das novidades do chamado "Pacote de Abril" foi a criação da eleição indireta para 1/3 dos senadores, logo denominados pejorativamente de "biônicos". Composto de 14 emendas e três artigos novos, além de seis decretos-leis, o "Pacote" determinou ainda, entre outras medidas:

- eleições indiretas para governador, com ampliação do Colégio Eleitoral;

- instituição de sublegendas, em número de três, na eleição direta dos senadores, permitindo à Arena recompor as suas bases e aglutiná-las sob o mesmo teto;
- ampliação das bancadas que representavam os estados menos desenvolvidos, nos quais a Arena costumava obter bons resultados eleitorais;
- extensão às eleições estaduais e federais da Lei Falcão, que restringia a propaganda eleitoral no rádio e na televisão e fora criada para garantir a vitória governista nas eleições municipais de 1976;
- alteração do quorum - de 2/3 para maioria simples - para a votação de emendas constitucionais pelo Congresso;
- ampliação do mandato presidencial de cinco para seis anos.

Entendido como um "grave retrocesso" no andamento do processo de abertura então em curso, o "Pacote de Abril" de certa forma indicou as bases sobre as quais o presidente Geisel parecia disposto a fazer caminhar a distensão, que ele mesmo qualificou como "lenta, gradual e segura".

Geisel conduziu a sua sucessão, tendo escolhido o General João Batista Figueiredo, Ministro-Chefe do SNI, como substituto e futuro responsável de levar adiante o processo de abertura.

No final de seu governo, numa demonstração de distensão política, em 31 de dezembro de 1978 foi revogado o AI-5.

10. O GOVERNO FIGUEIREDO (1979-1985)

O General João Batista Figueiredo assumiu a presidência em 15 de março de 1979, com o compromisso de levar adiante a abertura política no País. Seu governo aprovou a Lei de Anistia, que promoveu a anistia ampla, geral e irrestrita a todos os cassados durante os governos militares e, ainda, àqueles que cometeram excessos como integrantes das forças de segurança.

Foi revogado o bipartidarismo político e a eleição indireta para senadores e governadores. Reações surgiram contrárias à abertura promovida pelo presidente. Grupos de extrema direita realizaram atentados contra bancas de jornais e sedes da

OAB e, por fim, no Rio-Centro, em 1981. A investigação e a polêmica em torno do fato dissuadiram novos grupos e novas ações.

A economia estava seguindo as diretrizes progressistas do III PND, porém não foi possível deter a crise. O desemprego aumentou, a inflação disparou e a dívida externa cresceu. Foi necessária a negociação com o FMI, com a consequente ingerência dos banqueiros estrangeiros na política econômica. O período acabou por se caracterizar como de estagnação, com uma forte crise inflacionária.

Dada tais condições que afetaram principalmente as classes populares, ocorreu a eclosão de greves e protestos, sendo a mais famosa a greve dos metalúrgicos do ABC paulista, que durou 41 dias.

Os partidos políticos criados foram: o Partido Democrático Social (PDS), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido Popular (PP), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

A abertura política permitiu o surgimento de um movimento político em 1983, congregando partidos políticos e entidades civis, na campanha pelas eleições diretas para a Presidência da República, chamada “Diretas Já”. A emenda foi derrotada, mas marcou a vida política no País.

Em 15 de janeiro de 1985, foi eleito Tancredo Neves para a presidência, prometendo fundar uma Nova República, baseada num pacto social que amenizasse as tensões entre os diversos segmentos da sociedade brasileira. Seu vice, José Sarney, veio a assumir o governo com o falecimento do presidente Tancredo em 21 de abril de 1985.

11. A POLÍTICA EXTERNA

A política externa dos governos militares foi marcada por mudanças profundas, comparadas com períodos anteriores. No governo Goulart, o país estava saindo de um alinhamento com os Estados Unidos para o bloco socialista. Com o movimento de 1964, o realinhamento com os Estados Unidos retornou.

A “**Diplomacia do Alinhamento Automático**” do Governo Castello Branco e do Chanceler Vasco Tristão Leitão da Cunha, vinculada aos EUA, causou profundos choques entre a linha nacionalista e a linha moderada. A primeira era de forte cunho nacionalista, e era a favor de romper qualquer política que sujeitasse o Brasil a outra nação. Já a linha moderada era a favor do alinhamento com os americanos, principalmente no governo Castello Branco, que necessitava reorganizar a situação político-econômica do país e não poderia prescindir do apoio daquele país.

Foi necessário recorrer ao governo americano, que além de ser simpático ao movimento de 1964 (vivíamos em plena guerra-fria), poderia ser o avalista do Brasil no exterior, dada à caótica situação financeira em que Goulart havia deixado o país. Através de empréstimos, créditos e gestões junto ao Banco Mundial e o FMI, o governo dos EUA avalizaram os esforços de recuperação da economia brasileira, e logo o país pode receber uma grande quantidade de investimentos, que ajudaram a lançar as bases do crescimento econômico e incentivar a indústria nacional, conforme ditava a política governamental. Graças a essa política internacional, estabilizaram-se as finanças e o País recuperava a confiança da comunidade financeira internacional.

Com Costa e Silva, as relações sofreram alguma alteração, mas sem significar um rompimento com os Estados Unidos. Houve uma maior busca de alternativas à hegemonia dos EUA nas relações internacionais com o Brasil. Durante o governo, o presidente Costa e Silva realizou visita presidencial ao EUA, onde esteve com o presidente Lyndon Johnson.

Nesse período, foi ministro das Relações Exteriores Magalhães Pinto, articulador de empréstimos internacionais para o financiamento de obras de infraestrutura para o desenvolvimento do Brasil, cuja política ficou conhecida como “**Diplomacia da Prosperidade**”. Em alguns pontos, a diplomacia adotada era semelhante à “Política Externa Independente (PEI)”, dos governos Jânio Quadros e João Goulart, divergindo daquelas quanto às reformas sociais. Ciente de que a *detente* entre os EUA e a URSS modificava as regras da política global, em especial com o agravamento do antagonismo Norte-Sul, a diplomacia propugnava uma aliança do Brasil com o Terceiro Mundo, com o objetivo de modificar a sua participação no sistema internacional. Nesse

período, o Brasil passa a compor o recém criado Grupo dos 77, além de se recusar em assinar o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP).

Na América Latina, o Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores) passou a criticar a criação de uma Força Interamericana de Paz e propôs a integração regional horizontal e a cooperação nuclear, além de buscar relacionar-se com a Hispano-América através da CECLA (Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana) e não da OEA, dentro de um enfoque que se afastava do pan-americanismo e buscava o latino-americanismo. Tal política agravou as relações com os Estados Unidos, que passaram a criticar Costa e Silva.

No governo Médici, essa relação de apoio com os EUA não se alterou. O presidente norte-americano Richard Nixon, por sua vez, considerava a importância do Brasil nos destinos políticos na América do Sul.

Formalmente pró-americano, mas por outro lado desenvolvimentista, no governo Médici a **“Diplomacia do Interesse Nacional”** do Chanceler Mário Gibson Barbosa promoveu visíveis alterações de forma, em relação à Diplomacia da Prosperidade de Costa e Silva. A solidariedade terceiro-mundista foi abandonada, bem como o discurso politizado (substituído pelo pragmatismo), a estratégia multilateral cedeu lugar ao estrito bilateralismo, e as áreas de atrito com os EUA receberam maior atenção, estabelecendo-se um relacionamento satisfatório.

A nova política externa tinha objetivos ambiciosos, como o ingresso do Brasil no Primeiro Mundo. Assim, ao lado da aparente convergência com Washington, o país manteve seus ataques às estruturas do comércio e finanças internacionais, recusou-se a assinar o TNP e avançou o projeto de qualificação tecnológica e construção de uma indústria armamentista nacional. Além disso, a atração de investimentos e tecnologia foi maximizada com o estreitamento de laços com outros polos do capitalismo, como Japão e Europa Ocidental. Este processo foi também facilitado pelo desempenho positivo da economia mundial entre 1968 e 1973. Forte impacto simbólico teve a ampliação do mar territorial brasileiro de 12 para 200 milhas em 1970, contra a vontade dos EUA.

Assim, como foi possível conciliar boas relações com os EUA com um projeto nacionalista-industrializante de grande potência, o que para os governos anteriores fora

impossível? Os problemas políticos internos do Brasil (combate à guerrilha) produziram uma forma de solidariedade por parte da Casa Branca, num momento em que governos de esquerda estavam no poder no Chile, Bolívia e Peru, e que a Argentina e o Uruguai conheciam uma confrontação política interna que beirava à guerra civil. Assim, o Brasil era um aliado necessário para estabilizar a região, principalmente num momento em que a Doutrina Nixon preconizava um desengajamento relativo dos EUA e a transferência de determinadas tarefas às potências regionais aliadas (Irã, Israel, Brasil, África do Sul, Paquistão). Existia, portanto, um espaço internacional para a configuração de um projeto de potência média regional e uma conjuntura latino-americana altamente favorável.

A Diplomacia do Interesse Nacional, preocupada em tirar proveito das brechas existentes no sistema internacional, enfatizou uma estratégia individual de inserção, estabelecendo relações essencialmente bilaterais, especialmente em direção aos países mais fracos. Tal foi o caso da América do Sul e Central e dos países neocoloniais africanos do Golfo da Guiné, com os quais o Brasil assinou convênios culturais, de cooperação técnica e comercial, abrindo linhas de crédito para a aquisição de produtos brasileiros. Mais ousada e repleta de consequências foi a aproximação com os países árabes, devido ao aumento gradativo do preço do petróleo desde 1971, o que aumentava seu poder de compra e obrigava o Brasil a garantir o abastecimento, buscando simultaneamente compensações ao encarecimento das crescentes importações de combustível (que desequilibrava a balança comercial).

A mudança profunda se deu no governo Geisel. Com a posse de Jimmy Carter nos Estados Unidos, fortes críticas começaram a ser realizadas contra o governo brasileiro, em sua política de respeito aos direitos humanos. Também a incessante busca por fontes alternativas de energia, por parte do governo Geisel, foi motivo de severas críticas daquele País.

O primeiro passo da diplomacia denominada “**Pragmatismo Responsável e Ecumênico**” do Chanceler Azeredo da Silveira foi estreitar vínculos com os países árabes. O Itamaraty permitiu a instalação de um escritório da OLP em Brasília, apoiou o voto anti-sionista na ONU e adotou uma intensa política exportadora de produtos primários, industriais e serviços, em troca do fornecimento de petróleo. Mais do que

isto, o Brasil adotou uma íntima cooperação com potências regionais como Argélia, Líbia, Iraque e Arábia Saudita, sob a forma de *joint-venture* para prospecção no Oriente Médio através da BRASPETRO, e para o desenvolvimento tecnológico e industrial-militar (venda de armas brasileiras e projetos comuns no campo dos mísseis).

O Acordo Nuclear Brasil-Alemanha quase foi desfeito por pressão americana. Assim, com o afastamento cada vez maior entre os dois países, o presidente Geisel denunciou o acordo Militar Brasil – Estados Unidos e o governo se lançou em uma política externa independente, que visou projetar o país na comunidade internacional.

Ocorreu um incremento comercial com os países com os quais já possuíamos vínculos, o bloco soviético, e o impactante estabelecimento de relações diplomático-comerciais com a República Popular da China em 1974. É interessante ressaltar que o Brasil passou a cooperar com estes países também em termos estratégicos, como forma de afirmar sua presença autônoma no cenário mundial. Da mesma forma, a atuação brasileira na ONU e nas demais organizações internacionais conheceu um intenso protagonismo, e isto em convergência explícita com o Terceiro Mundo e suas instituições representativas.

Nesse sentido, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer o governo português formado em seguida à derrubada da ditadura salazarista, em 25 de abril de 1974; foram reatadas relações com a República Popular da China e estabelecidas embaixadas em Angola, Moçambique, Guiné-Equatorial, entre outras iniciativas.

O reconhecimento da independência das colônias portuguesas na África foi um dos principais marcos da diplomacia brasileira à época, tendo especial atenção o caso de Angola, pois o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a nova nação.

A busca por uma nova posição no cenário mundial se deu pela aproximação do Brasil com países de África, Ásia e Europa, e neste período pode-se ver as bases da política diplomática brasileira empreendida até os dias atuais. Tal forma de conduzi-la acabou por se chamar Pragmatismo Responsável.

Essa política se pautava pela defesa dos interesses econômicos brasileiros, que nem sempre estavam consoantes com os dos americanos ou europeus. O reconhecimento de Angola foi bom exemplo disso, pois o Brasil buscava fontes alternativas de recursos, dentre os quais petróleo, para a alta demanda que o país

possuía. A diplomacia brasileira viu-se numa batalha contra a americana e a europeia, que buscavam manter o colonialismo português na área. O processo se deu com o Brasil reconhecendo o governo socialista de Angola, que enfrentava milícias financiadas por Portugal, África do Sul e EUA.

Com relação à América Latina, o Brasil procurou estreitar a cooperação, abandonando o discurso ufanista de grande potência. Iniciou conversações com a Argentina para a solução do contencioso das barragens hidrelétricas da Bacia do Prata, obtendo um acordo durante o governo seguinte. Quando na segunda metade dos anos 70 surgiram rumores de uma possível internacionalização da Amazônia, o Brasil imediatamente reuniu os países vizinhos e com eles lançou a Iniciativa Amazônica, estabelecendo uma estratégia comum para a exploração da região e reafirmação das soberanias nacionais dos países membro sobre ela.

O Pragmatismo Responsável despertou a ferrenha oposição dos EUA, bem como de segmentos conservadores da política brasileira. Geisel precisou mediar constantemente conflitos entre o Conselho de Segurança Nacional, que se opunha a muitos aspectos desta diplomacia, e o Itamaraty que a defendia. Um fato interessante foi que, desde a adoção dessa linha diplomática, a grande imprensa internacional passou a atacar o governo com veemência, denunciando sistematicamente a violação de direitos humanos no país, o que só era feito em escala muito reduzida durante o governo Médici, o qual foi qualitativamente mais repressivo e não propunha uma abertura política.

O presidente Figueiredo deu prosseguimento, durante o seu governo, a essa política internacional independente, cujos fundamentos estão presentes até hoje na diplomacia brasileira.

O último governo militar encontrou a situação econômica e política mundial dramaticamente adversa para o Brasil com o Segundo Choque Petrolífero (devido à Revolução no Irã e à guerra Irã-Iraque). Além disso, durante os anos 70 processou-se uma rearticulação da economia mundial, através da reestruturação das formas produtivas, do estabelecimento de uma nova divisão internacional da produção e do desencadeamento de uma Revolução Científico-Tecnológica, que voltaram a ampliar a distância entre os países capitalistas avançados e os em desenvolvimento. Coroando

esta estratégia, em 1981 Ronald Reagan promoveu uma violenta elevação da taxa de juros, aumentando a dívida externa dos países do Sul. Assim, a crise da dívida constituía um instrumento de pressão contra a política econômica dos mesmos e um golpe mortal no projeto de desenvolvimento de nações como o Brasil.

A América Latina foi atingida em cheio pela crise da dívida em 1981 e, em seguida, pela Guerra das Malvinas em 1982. A maneira como foi articulada e executada a derrota da Argentina e a implosão de seu regime militar, reforçaram a percepção do governo e da diplomacia brasileira de que estava se processando uma rearticulação do sistema internacional fortemente negativa para a autonomia dos países de porte médio do Terceiro Mundo.

A política externa do Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro autodenominou-se de **“Diplomacia do Universalismo”**, e esforçou-se por manter a autonomia do Brasil num cenário desfavorável, conservando traços de continuidade com o Pragmatismo Responsável. Definindo o país como parte do Terceiro Mundo, a diplomacia brasileira continuou a atuar nos fóruns internacionais em convergência com o Movimento Não-Alinhado (embora não membro efetivo), denunciando as estruturas políticas e econômicas internacionais. Com a gradativa submissão da Europa Ocidental e do Japão ao rearranjo econômico e diplomático-estratégico da administração Reagan, a cooperação com estes países conheceu uma significativa redução.

Na África, o Brasil manteve uma presença importante, mas a recessão da década perdida naquele continente e o aprofundamento da guerra na África austral limitaram fortemente os resultados de tal cooperação.

Com relação ao Oriente Médio e à China, o Brasil intensificou a cooperação, obtendo resultados relativamente positivos, embora dificultados pelas consequências da Guerra do Golfo e dos problemas econômicos internos do Brasil. A indústria armamentista estatal brasileira, tendo atingido elevado grau de desenvolvimento, conseguiu neste período incrementar suas exportações, tanto para os países árabes como, em menor medida, para os africanos e centro-americanos. Apesar de tal atitude nesta última região, o Brasil fez-se cada vez mais presente, apoiando o Grupo de Contadora na mediação do conflito centro-americano.

A implantação da Guerra Fria e a solução militar protagonizada pelos EUA (conflito de baixa intensidade na Nicarágua e El Salvador e invasão de Granada), levaram o Brasil a integrar o Grupo de Apoio à Contadora, e depois o G-8, convergindo com a diplomacia mexicana, venezuelana e argentina. A América do Sul, por sua vez, constituía cada vez mais um espaço valorizado pela diplomacia brasileira, incrementando uma cooperação político-econômica, cujo eixo central era o acercamento com a Argentina. Além disso, o Brasil observava com extrema inquietação a crescente pressão americana pela redemocratização no Cone Sul, interpretando o fenômeno como uma estratégia de desarticulação das potências médias e de legitimação do pagamento da dívida externa destas.

A crescente dificuldade das exportações, na medida em que o Estado carecia de recursos para continuar financiando-as, a queda no afluxo de capital estrangeiro e o aumento dos pagamentos para amortização da dívida externa provocaram uma severa recessão em 1982-83, além de incrementar a inflação, obrigando o Brasil a pedir uma moratória. O Ministro Delfim Neto, que voltara à direção da economia, conduziu difíceis negociações com o FMI, o qual exigia a aplicação de um programa ainda mais recessivo para sanear as finanças e liberar novos empréstimos. A estratégia brasileira junto ao FMI foi a de ganhar tempo enquanto aceitava alguns itens do programa, mas manobrava para tentar manter o projeto de desenvolvimento.

12. OS NOVOS ATORES SOCIAIS E POLÍTICOS

Como novos atores sociais e políticos, podemos relacionar, entre outros, a Igreja, os movimentos sociais (em particular os de luta pela terra), o sindicalismo e os grupos ditos de minoria.

No tocante ao estudo do Movimento de 64, restringiremos este breve estudo à atuação da Igreja, ao movimento de luta pela terra e ao movimento sindical.

A Igreja, durante os governos militares e nos episódios que o antecederam, estava dividida em dois grupos: os “progressistas”, com tendências marxistas em função da infiltração ou simpatia de marxistas ou por agir em defesa de injustiças sociais desencadeadas durante o combate ao terrorismo; os “conservadores”, que

reconheciam os riscos de o País sofrer uma revolução comunista e, com isso, apoiavam o governo; e os “moderados”, que era a maioria e equilibrava as tensões entre os dois outros grupos.

Essa diferença agravou-se no governo do presidente Médici, pois nesse período diversos integrantes do clero foram presos, acusados de cooperação com a subversão.

Em função disso, diversos bispos e cardeais reagiram e protestaram abertamente. Os progressistas acabaram por fazer surgir uma “Igreja Popular”, alegando dar maior atenção aos pobres, quando muitas vezes escondiam intenção de apoiar a subversão contra o regime.

Dos avanços da esquerda eclesiástica, que tinha laços com a esquerda política em diversos níveis e recebia grande influência do marxismo, nasceu o movimento da “Teologia da Libertação”, que causou controvérsia dentro da Igreja, encontrando oposição no movimento da Renovação Carismática Católica, este apoiado pelo Vaticano, que se declarou contra a Teologia da Libertação em 1984, fazendo com que diversos religiosos ligados àquela teologia se desligassem da Igreja.

Os setores moderados e conservadores da Igreja contribuíram ativamente com o processo de abertura, conduzido pelo General Golbery, durante o governo Geisel, mantendo canais de diálogo abertos entre o governo e a sociedade civil.

Outro ator a ser relevado no período foi o movimento sindical. Fora das esferas marxistas do sindicalismo, que eram controladas pelo PCB, surgiu uma nova liderança sindical que buscava lutar por melhorias reais na qualidade de vida dos trabalhadores.

A primeira grande greve do ABC paulista, onde se deu o nascimento desse movimento, mostrou a força do movimento, logrando aumentos substanciais para os trabalhadores, que tinham sido até então negados pelos seus empregadores.

O grupo ganhou força e espalhou-se para outras regiões do país, bem como para outros sindicatos, que se inspiravam nos discursos dos metalúrgicos do ABC, que desdenhavam dos líderes sindicais ligados a comunistas ou ao governo. O presidente Luís Inácio Lula da Silva destacou-se, antes de ingressar na vida política, na presidência desse sindicato no ABC. Ganhou projeção nacional e iniciou a atividade partidária.

Tal como a mudança no sindicalismo urbano, o período também viu mudanças no campo. Uma nova forma de sindicalismo rural surgiu, liderada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). Essa união de movimentos esparsos pelo campo brasileiro viu a sua fundação em 1984, tendo como suas principais bandeiras a luta pela terra e a reforma agrária. A estas vieram se juntar outras aspirações, muitas oportunistas e outras com forte influência marxista, que se deram ao longo dos anos com o crescimento do movimento, que atualmente está presente em toda a federação, com cerca de 124 mil famílias no ano de 2008.

O movimento é parte de um processo político no campo onde conflitos e mortes são instrumentos válidos como recurso na luta por terras e poder. A insegurança no campo se intensifica em conflitos que, muitas vezes, perderam o caráter de luta pelo direito da posse da terra, e passaram a ter caráter político-reivindicatório.

Com inspiração nas antigas Ligas Camponesas, o MST é um movimento de inspiração marxista, que conta com recursos descentralizados pelo próprio governo para dar sustentação à sua luta.

O MST luta pela mudança radical da sociedade brasileira pois, a seu ver, ela é promotora das injustiças tanto no campo quanto na cidade. O desrespeito à propriedade privada e o desgaste do movimento com outras entidades de defesa dos trabalhadores rurais ou entidades ligadas às associações de produtores rurais já levou a graves conflitos.

A cooptação de militantes urbanos tem sido uma das formas de o movimento manter elevado o número de integrantes, garantindo maior captação de recursos para o MST. Muitas de suas atitudes têm sido criticadas por diversos órgãos, que o acusam de ter perdido o foco original de sua luta e desviado dos seus objetivos para obter mudanças estritamente políticas na sociedade brasileira.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. **Toda a História: História Geral e História do Brasil**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2007. 728 p.

CD-ROM. **O Exército na História do Brasil**. Centro de Comunicação Social do Exército, 2000.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 11. ed. São Paulo: EDUSP, 2003. 660 p.

FROTA, Guilherme Andrea. **500 anos de história do Brasil**. Rio de Janeiro: BIBLIEx Editora, 2000. 736 p.

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayze. **História do Brasil no contexto da história ocidental**. 8. ed. São Paulo: Atual, 2003. 602 p.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. A Política Externa nos Governos Militares. In:_____. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 107-167.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 608 p.

Especial Multimídia “A Luta pela Terra”, do JC Online. Disponível em: <<http://jc.uol.com.br/lutapelaterra/index.php>>. Acesso em: 3 fev 2009.